

A HIPOTAXE ADVERBIAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS INFERIDAS NAS ORAÇÕES INTRODUZIDAS PELO *QUANDO*

Marta Anaísa Bezerra Ramos (PROLING-UFPB)

martaanaisa@gmail.com

Camilo Rosa Silva (PROLING-UFPB)

camilorosa@gmail.com

Introdução

A articulação entre as orações é um dos temas de investigação dos linguistas que buscam explicar as mudanças na língua via gramaticalização, seja em virtude de condicionamentos internos às sentenças seja de motivações externas. Nessa esfera de estudo, muito se tem discutido sobre o estatuto das orações adverbiais, pois, como aponta Castilho (2010), se comparadas às subordinadas substantivas e adjetivas, elas têm em relação à sentença matriz uma ligação mais fraca, dada a função de adjunção. Essa particularidade sintática aliada, por outro lado, a sua forte suscetibilidade às necessidades do discurso, têm intrigado os funcionalistas entre os quais Neves, Braga e Hattner (2008, p.937, in CASTILHO, 2010, p.373) que as situam “a um meio termo entre as coordenadas e as subordinadas”. Ou seja, considerando-se os parâmetros universais de independência/dependência sintática propostos para diferenciar a coordenação da subordinação bem como o critério de encaixamento, tem-se a seguinte configuração: os traços -dependência/-encaixamento se aplicam às coordenadas; os traços +dependência/+encaixamento, às subordinadas substantivas e adjetivas restritivas, e os traços +dependência/-encaixamento, às adverbiais e adjetivas explicativas (apositivas).

Essa caracterização é importante porque revela que a designação *período composto* só se aplica às *orações coordenadas* da mesma forma que o termo *subordinação* se adequa melhor às substantivas, que têm função argumental, por assumirem função de constituinte do verbo da oração principal. Para evitar confusão conceitual, em linhas gerais, os autores preferem a denominação *hipotaxe adverbial* para se referir às orações adverbiais porque, embora preserve o princípio de hierarquia e não de composição, descaracteriza o de encaixamento. Além do mais, por conceberem que as informações adicionais expressas pelas orações adverbiais se prestam à organização discursiva, já que expandem as informações presentes na oração principal, autores como Matthiessen & Thompson (1988) as denominam de orações *satélites* e Halliday as trata como *hipotaxe de realce*.

As gramáticas, quando do estudo das orações subordinadas adverbiais, estabelecem uma classificação semântica conforme a natureza da informação subsidiária ou circunstancial acrescida à oração principal, resultando em uma nomenclatura paralela à que é proposta aos adjuntos adverbiais na oração simples: *tempo*, *causa*, *condição*, *concessão*, *finalidade*, entre outras. Essa tipologia, porém, é menos determinada pelas relações inferidas da conexão entre as orações do que pelo tipo de conjunção que as introduz, seguindo, por isso, uma fixidez, que por vezes despreza o papel que as orações adverbiais exercem na organização textual e

discursiva. A seguir esse raciocínio, as orações subordinadas adverbiais teriam um papel secundário na organização do período. Análises de base funcional-discursiva põem em xeque tal postura, como os realizados por Decat (1995; 2001), cujo interesse é o de verificar como as cláusulas se combinam para formar um texto coeso e coerente e o de identificar as funções discursivas a que se prestam as orações adverbiais.

Neste trabalho analisamos, especificamente, orações adverbiais introduzidas pelo conector *quando*, de cuja interligação com a oração matriz emergem novas noções, como de *tempo* e *condição*, apontadas em estudos realizados por Sousa (2003; 2009) ou ainda de *causa* e *concessão*, fato apontado em Neves (2000), para citar alguns. Objetivamos identificar, em textos de opinião (artigos e entrevistas) coletados em 12 revistas Veja/2009, qual o papel dessas orações na orientação argumentativa, melhor dizendo, de qual (is) o (s) valor (es) (lógico) semânticos - de tempo, condição, causa, concessão - se reveste o conector nesses textos, como forma de ampliar o tema e subsidiar o processo de compreensão textual. O estudo vem a corroborar o princípio funcionalista de uma só forma linguística acumular várias funções conforme os contextos de uso. Para subsidiar a análise, tomamos por base as leituras de Bechara (1999), Garcia (2000), Duarte (2003), Brito (2003), Castilho (2010), além dos autores já citados nesta introdução.

1. Os mecanismos de conexão textual

O modo como as sentenças se interligam no período e este se interrelaciona com outros períodos, parágrafos e partes do texto, na composição textual é campo de estudo da coesão interfrásica. Nesse contexto, conforme “o tipo de unidades linguísticas conectadas e o tipo de unidade resultante de tal conexão” (DUARTE, in MIRA MATEUS, 2003, p. 91), dois mecanismos distintos promovem a conexão – a *parataxe* (relação entre elementos de mesmo estatuto) e a *hipotaxe* (relação entre elementos de estatuto diferente). É preciso esclarecer que não é consenso entre os estudiosos a admissão de que parataxe e coordenação sejam mecanismos idênticos. A parataxe acomoda as orações parentéticas, as interrogativas *tag* e os pares pergunta/resposta, estruturas que têm em comum o aspecto da independência sintática, embora em diferentes graus, mas que não admitem serem parafraseadas pela coordenação sindética com os conectores “e”, “mas” e “ou”. Logo, a coordenação é um dos tipos de relação paratática. Na abordagem realizada por Duarte (op. cit.), a hipotaxe é sinônimo de subordinação. Mas, como afirmado na introdução, subordinação é um termo que melhor se aplica às orações complexas de natureza completiva, no caso, as substantivas. Na seção subsequente, tecemos considerações mais pontuais sobre as orações adverbiais.

2. A hipotaxe adverbial: caracterização sintática e semântico-funcional

Antes de tratar dos matizes semânticos resultantes do elo estabelecido entre uma oração adverbial e a matriz, apresentamos uma síntese dos traços sintáticos caracterizadores dessa categoria de oração. De acordo com Brito (in Mira Mateus 2003), três propriedades sintáticas identificam uma oração subordinada adverbial: i) o papel de constituinte sintático; ii) o caráter não-argumental em relação ao verbo da oração matriz; e iii) a impossibilidade de extração de constituintes na oração subordinada, daí a denominação de *ilhas adjuntas*.

A submissão ao processo de clivagem e a mobilidade de posição (inicial/final/medial) confirmam o rótulo de um termo sintático. Quanto à propriedade de não ser argumento do predicado, a autora enumera quatro estratégias¹ indicadoras da função de adjunção, quais sejam:

i) a pergunta com o verbo *fazer/acontecer* seguido da oração subordinada cuja resposta é a oração matriz. Assim, dada a oração “Vamos jantar *se vieres cedo*.”, obtém-se como resposta à pergunta “O que é que vamos fazer *se vieres cedo*?”, a seguinte oração: “Vamos jantar”.

ii) a substituição da oração adverbial por advérbios, sintagmas adverbiais e preposicionais, não argumentais. Nesse caso, a oração subordinada presente em “Vamos jantar *quando chegares*” pode ser substituída por “Vamos jantar *às oito horas/hoje*.” Da mesma forma que à oração subordinada grifada em “Vou sair *apesar de ter muito trabalho*.” pode corresponder a expressão “*apesar do trabalho*”.

iii) evidência de correferencialidade entre o sujeito da oração subordinada anteposta e o sujeito nulo da oração matriz. Logo, no período “Embora ainda não *0* tenha emprego, o *João* quer casar.”, o sujeito nulo do verbo TER presente na oração subordinada é correferencial ao sujeito (João) da locução verbal QUER CASAR na oração matriz.

iv) ausência de correferencialidade entre o sujeito nulo ou pronominal da oração subordinada adverbial quando posta à direita (posposta), como demonstra o exemplo “*ela* dançava, *quando a Maria cantava*, no qual o sujeito representado pelo pronome *ela* se refere a uma outra pessoa que não Maria.

Até este ponto mencionamos traços estruturais das orações adverbiais, mas estas, no dizer de Decat (2001, p.106), apesar de aparentarem ser encaixadas, tendo em vista funcionarem como parte de uma outra oração, têm “mais que uma função gramatical, uma função discursiva, no sentido de orientar o ouvinte para a mensagem que se quer transmitir, organizando, assim, a forma do discurso”.

Por essa razão é que, numa perspectiva funcionalista, o estudo das orações adverbiais ultrapassa a identificação, no nível das sentenças, do tipo de informação que é adicionada à oração matriz por meio da associação à tipologia de advérbios, pois, além de nem sempre ocorrer tal correspondência – prova disso é o conector em foco neste trabalho, já que ao *quando* se atribui, nas gramáticas, o valor de tempo, enquanto em certos contextos ele assume valor de condição – pode também a oração adverbial ter como alvo/escopo um grupo de sentenças. Portanto, está-se no nível textual e não no sentencial. O reconhecimento dessa particularidade das orações adverbiais faz com que funcionalistas como Castilho, Decat, entre outros prefiram descrevê-las como um princípio de organização do discurso, ou “como um caso de ‘combinação de cláusulas’” (CASTILHO, 2010, p.371).

Haiman &Thompson (1984, apud Decat, 2001, p. 110), seguindo essa lógica, distinguem cláusulas que se integram estruturalmente em outra (substantivas e adjetivas restritivas) de cláusulas que não se integram estruturalmente em outra (adverbiais). Voltando-se para o estudo destas últimas, os autores as subclassificam, conforme a combinação que estabelece com as outras orações, em dois tipos, a saber: a) relação núcleo/satélite e b) relação

¹ Seleccionamos, para essa breve descrição, um, entre os vários exemplos citados pela autora, para ilustrar cada uma das estratégias apresentadas (ver páginas 700-702)

de listagem. A diferença entre esses dois grupos está relacionada à quantidade de texto com que a oração adverbial se articula. Assim, no primeiro caso, a articulação se dá entre duas sentenças – a matriz (núcleo) e a adverbial (satélite); no segundo, mais de uma oração adverbial, logo, vários satélites, estando numa relação paradigmática (listagem), mantém uma relação hipotática com a matriz.

Halliday (1985, apud NEVES, 2006), do mesmo modo que Haiman e Thompson, discorda da dicotomia coordenação x subordinação, e propõe um outra distribuição das orações complexas, tendo por base o estabelecimento de dois eixos - o sistema tático e o sistema lógico-semântico. O primeiro eixo leva em conta a *correlação entre elementos*, e o segundo, o *papel semântico-funcional* das orações. Dentro do primeiro eixo, distinguem-se as relações *paratáticas* das *hipotáticas*, conforme a relação entre os elementos seja de mesmo estatuto ou de estatuto diferente. O segundo eixo determina a divisão entre relação de *expansão* e relação de *projeção*. Especificamente sobre o que se chama *expansão*, situam-se, de acordo com Neves (2006, p.228), relações lógico-semânticas como: *elaboração*, *extensão* e *realce*. Restringindo-nos a esta última, de interesse deste trabalho, corresponde aos casos em que “uma oração realça o significado da outra, qualificando-a quanto a tempo, lugar, modo, causa ou condição; as conjunções típicas são *assim* e *então*”.

Matthiessen e Thompson (1988), ao explicarem o processo de articulação de orações complexas, ampliam o modelo de Halliday, sinalizando para as funções discursivas. Defendem eles que:

a avaliação do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (a parataxe e hipotaxe de Halliday, 1985) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas, isto é, não pode resolver-se totalmente no nível interno à frase. (MATTHIESSEN E THOMPSON (1988, apud NEVES, 2006, p.229)

E referindo-se às orações adverbiais, acrescentam que a combinação das orações “reflete a organização retórica do discurso: relações como causa, condição, concessão, etc. são relações que existem entre quaisquer partes de um texto, e que podem gramaticalizar-se na combinação de orações [...]” (MATTHIESSEN E THOMPSON, 1988, apud NEVES, op. cit., p.229).

Nessa relação retórica situam-se as relações de listagem (parataxe) e relações núcleo-satélite (hipotaxe). Quanto a este último tipo de estrutura, considera-se que uma informação realiza o objetivo central do autor e a outra serve de suporte para esses objetivos ou um objetivo suplementar. A decisão quanto ao grau de importância da informação – se é nuclear ou subsidiária – será determinada na interação, pois, no processo de elaboração textual, já há uma expectativa do falante/escritor de que o interlocutor/leitor faça um julgamento sobre a “nuclearidade ou a suplementaridade das partes, julgamento que é regido cognitivamente” (NEVES, 2006, p. 230).

3. Análise das relações expressas pelo conector *quando* na articulação textual

Parafraseando Brito (in Mira Mateus, 2003), do ponto de vista semântico, a função das orações temporais é situar os estados de coisas descritos na oração subordinada em

relação ao tempo em que se situam os estados de coisas descritos na oração principal. Definições mais breves são propostas por Neves (2000, p.795): “[...] as **orações com conjunções temporais** expressam o tempo em que ocorre o **estado de coisas**, ou seja, o tempo da **predicação da oração principal**” (grifos da autora); e Castilho (2010, p.379): “As temporais expressam um tempo anterior, simultâneo ou posterior ao da matriz, sendo introduzidas por [...]”. Conforme Brito (op. cit., p.722), considerando-se o momento da enunciação como ponto de referência, “os estados de coisas descritos nas duas orações devem estar localizados no mesmo período de passado, de presente ou de futuro relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação”. Logo, sob o aspecto formal, o tempo da formas verbais deve obedecer à seguinte organização: presente/presente; passado/passado; futuro/futuro. A autora assegura seu argumento, atribuindo a agramaticalidade da frase: “Quando o António tocou a campainha (Passado), eu estou/estarei a cozinhar (futuro)”, à falta de correspondência entre os tempos verbais das duas orações. Além disso, nesse intervalo de tempo – seja presente, passado ou futuro -, os estados de coisas descritas nas duas orações “podem ser simultâneos ou sucessivos”.

O conector *quando* se enquadra na primeira possibilidade². Segundo Brito (op. cit.), tal simultaneidade pode ser evidenciada de duas formas: quando os dois estados ocorrem precisamente no mesmo espaço de tempo; ou quando há interseção no intervalo de tempo em que ocorrem os estados de coisas descritos na oração subordinada em relação ao da principal. Neves (2000) destaca que a simultaneidade pode indicar frequência de ocorrência ou habitualidade. Exemplificamos, a seguir, as seis possibilidades de combinação dos tempos verbais evidenciadas nas orações matriz (M) e temporal (T) nos dados coletados:

Ex. 1: Hoje, *quando* me perguntam (T- **presente**) qual é a minha profissão, digo (M - **presente**) que sou um ativista político.

Ex. 2: *Quando* estive (T - **pretérito perfeito**) no México, há alguns anos, um guia me mostrou (M - **pretérito perfeito**) uma árvore.

Ex. 3: Esse meu processo interior aconteceu (M - **pretérito perfeito**) em 1997, *quando* já fazia (T - **pret. imperfeito**) um ano e oito meses que eu não me levantava (T) da cama, com diagnóstico de contaminação por metais pesados.

Ex. 4: *Quando* eu era (T - **pretérito imperfeito**) ministra e tínhamos (T) divergências, era (M - **pret. imperfeito**) o presidente Lula quem arbitrava a solução [...]

Ex. 5: *Quando* fui diagnosticado (T - **pret. perfeito**) com Parkinson, ainda era (M - **pretérito imperfeito**) capaz de trabalhar.

Ex. 6: Para sir Richard, a missão da polícia estaria cumprida (M - **futuro do pretérito**) *quando* esta assegurasse (T- **imperf. do subjuntivo.**) ‘a proteção da vida e da propriedade, a tranquilidade pública e a contenção de crime’.

Como fora dito anteriormente, a simultaneidade ora é total ora é parcial. Comparando-se os exemplos (3) e (4), a parcialidade é visível em (3), cuja interpretação é a

² Brito (in Mira Mateus, 2003, p.722) cita outros conectores indicadores da simultaneidade, a saber: *enquanto, na altura em que, ao mesmo tempo em que*.

de que por um longo período, *um ano e oito meses*, não houve lamento, e, num determinado intervalo dessa linha de tempo, *aconteceu um processo interior*. Já em (4), parece haver concomitância entre as ações da ministra e do presidente. É importante frisar, no que respeita ao tempo verbal - presente, que o uso desse tempo nas duas orações, como evidencia o exemplo (1), além de expressar frequência/habitualidade, propicia a expressão de condicionalidade, por caracterizar “uma perspectiva global imperfectiva” (NEVES, 2000, p.791). Dessa forma, uma paráfrase de (1) seria: “Hoje, se me perguntam /perguntarem qual é a minha profissão, digo/direi que sou um ativista político”.

Essa interpretação condicional é permitida também porque, conforme asseveram os estudos de base funcionalista, a hipotaxe adverbial licencia a inferência de relações lógico-semânticas. No caso do *quando*, soma-se ao valor de condição, o de causa e concessão³. É preciso considerar ainda que, do ponto de vista da correspondência entre sentido e forma, o que viabiliza abstração de um valor interpretativo nos dados em análise não é apenas a presença do conector, mas a correlação dos tempos verbais.

Na continuação deste texto analisamos as nuances interpretativas do *quando*, buscando estabelecer um elo entre as funções lógico-semânticas deste conector e o emprego dos tempos verbais. Assim, em princípio, o conjunto das 47 (quarenta e sete) ocorrências coletadas confirma o que fora asseverado por Brito (in Mira Mateus 2003), em relação à distribuição: presente/presente; passado/passado; futuro/futuro. Apresento, a seguir, o quadro descritivo da organização dos tempos verbais nas orações matriz (ou principal) e subordinada (adverbial temporal), e também da posição das adverbiais – a informação sobre esta segunda propriedade⁴ é complementar, pois este aspecto não é foco de discussão neste trabalho.

Tempo verbal (principal/adverbial)	Número de Ocorrências	Pospostas	Antepostas
O.P.: Presente/ O. Adverbial: Presente	28	15	13
O.P.: Pretérito perfeito / O. Adverbial: Pretérito perfeito	7	3	4
O.P.: Pretérito perfeito / O. Adverbial: Pret. imperfeito	4	2	2
O.P.: Pretérito imperfeito / O. Adverbial: Pret. imperfeito	2	1	1
O.P.: Pretérito imperfeito / O. Adverbial: Pret. perfeito	5	1	4
O.P.: Futuro do pretérito / O. Adverbial: imperf. do subj.	1	1	-
TOTAL	47	23	24

Quadro 1: Correlação dos tempos verbais/ posição da or. adverbial

Como demonstra o quadro, dentre as combinações possíveis, sobressai o par presente/presente (28 ocorrências), seguido de passado/passado (18 ocorrências), com predomínio do modo indicativo (apenas o exemplo (6), supracitado, apresenta modo distinto). No que respeita aos sentidos expressos, apenas dois exemplos, nos dados coletados, ilustram o

³ Dentre as gramáticas consultadas na busca de referência à variabilidade interpretativa do *quando*, a exemplo de Bechara (1999), Cunha e Cintra (2001), Vilela e Koch (2001), Castilho (2010) e Mira Mateus (2003, p.723), apenas esta última traz uma nota em que destaca:

Quando, além do valor temporal, pode ter outros valores:

(a) temporal e condicional (factual, hipotético e contrafactual, conforme os tempos verbais): [...]

(b) temporal e concessivo: [...]

⁴ Braga (1999, p.380, apud Castilho 2010), tratando das propriedades formais das adverbiais temporais no português falado culto do Brasil, ressalta o predomínio da anteposição da temporal em relação à matriz (72% os casos). Nos dados de escrita, aqui analisados, no total de 47 ocorrências, há um equilíbrio na ordem de distribuição: 24 adverbiais situam-se antepostas e 23, pospostas. A anteposição se sobressai apenas nas construções em que há a correlação dos tempos Pret. imperfeito (matriz)/pret. perfeito(temporal).

valor *concessivo*, casos em que o conector vem antecedido da partícula *mesmo*, resultando em *mesmo quando*. Eis os exemplos:

Ex. 7: **Mesmo quando** a violência não alcança tais níveis, os professores percebem o ambiente hostil, em que manter a ordem é missão duríssima [...]

Ex. 8: **Mesmo quando** está comemorando alguma coisa boa, real ou imaginária, Lula encontra um jeito de sair de pau para cima de alguém [...]

Neves (2000, p. 800), ao comentar o uso do *quando* com valor concessivo, não faz alusão a um possível uso como locução conjuntiva⁵. Porém, em sua explicação, a autora se refere ao emprego das formas verbais no presente e à simultaneidade dos estados de coisas como um dos indícios desse valor, e, do ponto de vista semântico, esclarece que a factualidade expressa na oração adverbial tem importância, estando em contraste com o que se apresenta na oração principal, causando efeito de ‘contrário à expectativa’. Logo, relacionando essa justificativa aos exemplos citados, é visível o efeito de estranhamento em (7), em que a percepção de um ambiente hostil, pelos professores, seria esperada no caso de a violência alcançar uma gravidade extrema; no entanto tal percepção se dá independentemente desse alcance. Do mesmo modo, em (8), o colunista apresenta o comportamento de Lula, de estar na defensiva em situações que, da perspectiva do escritor, não exigiriam dele tal atitude. Assim, os conteúdos das duas orações são contrastantes.

Por outro lado, são vários os exemplos que permitem a interpretação *condicional* - leitura que é favorecida, segundo Neves (2000), tanto pelo emprego das formas verbais do presente quanto do pretérito imperfeito, em virtude do caráter imperfectivo. Nos dados coletados, os exemplos que envolvem esse tipo de compreensão só apresentam as formas verbais⁶ no presente.

Ex. 9: O Brasil atravessou silenciosamente, em 2007, uma fronteira que dá o que pensar: passou a marca dos 10 milhões de funcionários públicos. Tudo isso? É um número e tanto, assim à primeira vista. Qualquer coisa que chega aos 10 milhões parece grande – e no caso, **quando** se* pensa no serviço que o público recebe em troca do que paga para sustentar essa gente toda, parece maior ainda.

Ex. 10: É um dos grandes momentos do pensamento oficial, sem dúvida, afirmar que o funcionalismo brasileiro está “enxuto” **quando** se descobre que o senado mantinha há anos um sistema de ‘atos secretos’ [...]. A coisa fica ainda mais feia **quando** se constata que o desastre começa bem no topo, de onde deveria vir o bom exemplo – justo com o presidente da casa, senador José Sarney.

⁵ Acreditamos que o valor concessivo pode advir da interferência da partícula *mesmo* e que o conjunto *mesmo quando* pode corresponder a uma variante da expressão *mesmo que*. Talvez se deva a esse fato o motivo de Neves (2000) não mencionar o uso da expressão. Esses exemplos admitem também o valor condicional, caso não se considere a expressão global como um só conector, mas dois conectores, e aí apenas o *quando* corresponderia a *se*, resultando em “mesmo *se* estiver comemorando alguma coisa boa.[...], Lula encontra um jeito de sair de pau pra cima de alguém”.

⁶ Além da combinação presente/presente, outro traço característico nos exemplos que evidenciam a interpretação condicional, nos dados coletados, é a presença da estrutura passiva sintética. Em meio a 28 ocorrências, 10 apresentam essa configuração. O modo subjuntivo só foi identificado em um exemplo, o ex. (6), em que a noção de condição vem associada à de hipótese.

Ex. 11: [...] não quer dizer que jornalistas sejam pessoas melhores que quaisquer outras [...] Quer dizer, apenas, que mentem menos, e isso conta quando se considera o trabalho que fazem.

Ex. 12: estamos quase sempre no topo da tabela **quando** se medem desgraças ... e (estamos) no fim da fila **quando** a classificação se refere a honestidade na política [...]

Ex. 13: Além disso, não temos um histórico bom **quando** se colocam na mesma frase as palavras governo, verbas e obras – daqui até a cerimônia de abertura dos jogos o público vai se cansar de ouvir notícias sobre obras erradas, obras malfeitas, [...]

Ex. 14: Na minha opinião, os direitos humanos são violados **quando** a uma população é constantemente vedado o acesso à saúde, ao trabalho – e à educação.

Ex. 15: Além disso, a experiência mostra que, **quando** os pais participam da vida escolar e mantêm um bom canal com os professores, o ambiente melhora muito [...]

Esses exemplos configuram o valor *condicional eventual*, caso em que, uma vez preenchida a condição expressa na oração adverbial, tem-se como consequência o que é enunciado na principal. Conforme Neves (op.cit.), a simultaneidade dos eventos conduz à noção de habitualidade como também pode apontar para a noção de iteratividade (= sempre que). No exemplo (9), o conteúdo expresso na principal: *(a marca de 10 milhões) parece maior ainda* resulta da possível realização (condição preenchível) do conteúdo expresso na temporal: **quando se pensa no serviço que o público recebe em troca do que paga para sustentar essa gente toda**. Ou seja, (9) admite a paráfrase: **Se a população brasileira pensar no serviço que o público recebe (logo), vai considerar que o número de servidores é excessivo**. Também em (14), o conteúdo expresso na principal é apresentado como consequência de uma condição posta na adverbial. Assim, o escritor anuncia uma hipótese: *o veto de benefícios como saúde, trabalho e educação aos cidadãos, que, uma vez confirmada, acarreta a violação dos direitos humanos*. Este exemplo assim como (12) e (13) dão margem, paralelamente, ao valor condicional, à percepção do aspecto iterativo (sempre que), daí a possível leitura de (12): **Sempre que se medem desgraças estamos no topo da tabela e sempre que a classificação se refere à honestidade na política estamos no fim da fila**. Portanto, persiste o valor temporal, ainda que novos matizes semânticos sejam inferidos das proposições quando da construção da coerência.

Se, por um lado, a correlação dos tempos presente/presente conduz à leitura *condicional*, a dos tempos pretérito perfeito/pretérito perfeito favorece a interpretação *causal*. Esta combinação representa o aspecto perfectivo, podendo os eventos serem vistos, de acordo com Neves (2000), como pontuais ou simultâneos, simultaneidade que pode ser total ou parcial. Sendo parcial, há subsequência dos eventos, daí a ideia de causalidade, já que, na relação anterioridade/posterioridade, um evento é consequência do outro, independentemente da posição da subordinada na superfície textual. Os exemplos de (16) a (20) confirmam esse fato.

Ex. 16: **Quando** soube que estava com câncer, decidi contar a todos que iria enfrentá-lo [...]

Ex. 17: **Quando** o problema surgiu, ela sumiu [...]

Ex. 18: Tudo mudou **quando** decidi me debruçar sobre a doença de Parkinson.

Ex. 19: Meu problema com a bebida piorou muito **quando** fui diagnosticado com Parkinson.

Ex.20: **Quando** me deram a notícia, comecei a beber mais ainda. Para mim, o alcoolismo e o Parkinson têm muito em comum – é possível ter controle sobre ambos. Foi preciso me render e aceitar que eu não podia beber moderadamente. Só assim a recuperação se tornou possível [...]

No exemplo (16), a informação registrada na adverbial, concernente à revelação sobre o câncer, é anterior à informação presente na matriz, sobre a decisão de enfrentar a doença; de modo que essa decisão é efeito daquele acontecimento. Outra maneira de enunciar a oração complexa seria: *Como já que soube que tinha câncer, decidi contar a todos que iria enfrentar a doença*. Em (19), o problema com a bebida é consequência do diagnóstico da doença de Parkinson, fato este enunciado na adverbial posposta. Também em (20), o agravamento do problema com a bebida não só ocorre em um momento posterior, mas decorre do mal estar provocado pelo conhecimento da doença, sendo a causa, desta vez, enunciada na adverbial anteposta. Uma explicação fornecida por Castilho (2010, p. 374) em relação à semântica das orações causais vem complementar a explicação de Neves (2000):

Sob uma perspectiva lógico-semântica, a construção causal pode ser concebida como a junção de entre um evento-causa e um evento-consequência ou evento-efeito. Concebida dessa forma, **a relação causal implica uma sequência temporal entre os eventos**, à qual se soma a idéia de que o segundo evento é previsível a partir do primeiro (ou porque tem nele a sua razão, ou **porque há entre eles uma sucessão regular**) (grifos meus).

O exemplo (21), a seguir, diferentemente, de natureza pontual, não permite a interpretação causal, mas temporal,

Ex.21: Churchill jogou pesado **quando** ofereceu aos ingleses apenas 'sangue, suor e lágrimas'. Mas ganhou.

dado que o episódio passado, relativo à oferta realizada por Churchill aos ingleses, é concebida, pelo escritor, como uma atitude rígida. Parafraseando: *Churchill jogou pesado no momento em que ofereceu aos ingleses apenas 'sangue, suor e lágrimas'*. O escritor parece sentir, nesse caso, uma necessidade de situar cronologicamente o leitor quanto ao evento comunicado. Em síntese, a correspondência entre o emprego dos tempos verbais e os valores (lógico) semânticos assumidos pelo conector *quando* nas orações matriz e temporal resulta no seguinte quadro:

Tempo verbal (principal/adverbial)	Valor temporal	Valor condicional	Valor causal	Valor concessivo
O.P.: Presente/ O. Adverbial: Presente	5	21		2
O.P.: Pretérito perfeito / Adverb.: Pretérito perfeito	2			

O.P.: Pretérito perfeito / Adverb.: Pret. imperfeito	4			
O.P.: Pretérito imperfeito / Adverb.: Pret. imperfeito	2			
O.P.: Pretérito imperfeito / Adverb.: Pret. perfeito	5			
O.P.: Futuro do pretérito / Adverb.: imperf. do subj.		1		
TOTAL	18	22		2

Quadro 2: Correlação dos tempos verbais/ valor do conector

É preciso destacar que os sentidos de *causa*, *condição* e *concessão* não excluem o sentido temporal, somam-se a este. A separação feita no quadro tem relação com o que se entende como uma sobreposição de valores.

Conclusão

Concluída a análise dos textos, dedicamos este espaço à apresentação de algumas deduções sobre o comportamento das orações adverbiais e, em específico, do conector *quando*. As subordinadas adverbiais caracterizam-se, semanticamente, pela indicação de circunstância - sendo a função típica da oração introduzida pelo *quando* a de situar cronologicamente o estado de coisas descrito na principal, tal oração recebe o rótulo de adverbial temporal. E, sintaticamente, caracterizam-se pelo caráter opcional, já que não preenchem uma função argumental em relação ao predicado. Por outro lado, os dados revelam que tais orações não têm função secundária na articulação textual, dado que sua presença no enunciado provém de uma necessidade do usuário (falante/escritor) de se expressar eficazmente, produzir um determinado efeito comunicativo, daí não ser aleatória a opção pela ordem de apresentação (se anteposta ou posposta à principal). Nesse sentido, ora ela vai guiar, preparar o ouvinte/leitor para o que será informado na oração principal; ora vai servir de adendo, de modo que é acrescido aquilo que, do ponto de vista do falante/escrito, se considera ser relevante mencionar para tornar clara, completa a informação.

Conforme a tipologia semântica estabelecida pelas gramáticas para classificar as orações adverbiais, guiada pelo conector que encabeça a subordinada, a presença do *quando* confere à oração a expressão de tempo, daí a denominação de adverbial temporal, como mencionado. Porém, a construção do sentido de uma oração complexa não é determinada exclusivamente pelo uso da conjunção – um forte aliado das conjunções no processo de articulação textual é a combinação dos tempos verbais nas orações principais e subordinadas. Comprova esse fato a relação entre o valor *causal* de que se reveste o *quando*, ao se articular com as formas verbais do pretérito perfeito, ou do valor *condicional* e *concessivo*, ao se combinar com as formas do presente, ou ainda do valor puramente temporal, quando da ligação com o imperfeito, noções estas que configuram relações lógico-semânticas, imprimindo ao texto um recurso argumentativo. Dessa perspectiva, uma análise das conjunções que se restrinja ao mero exercício de classificação semântica limita, por conseguinte, o estudo das orações adverbiais. Referindo-se ao caráter multifuncional das conjunções, Silva (2011, p.77) reporta-se a Sweetser (1991), para quem o estudo das conjunções só se torna produtivo se levar em conta os seguintes domínios: o de conteúdo, o epistêmico e o conversacional, o que implica em que as conjunções sejam concebidas “como um veículo portador de conteúdo semântico, como uma entidade lógica e como instrumento de um ato de fala”.

As considerações aqui expostas evidenciam, no que tange às orações adverbiais temporais, também denominadas de *satélites* ou *hipotaxe de realce*, a grande contribuição que prestam à coerência textual - da perspectiva do falante/escritor, para orientar a construção do sentido; da perspectiva do ouvinte/leitor, para a busca da direção argumentativa do texto. E em se tratando do emprego do conector, a riqueza funcional desta categoria gramatical.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. In: MIRA MATEUS, Maria H. M. et alii.. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra, Almedina, 2003

CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. “Relações adverbiais e gênero do discurso”. Cadernos de Estudos Linguísticos no 28. Campinas: Unicamp/IEL, 1995, PP.19-35

_____. Maria Beatriz Nascimento (*et al.*). **Aspectos da gramática do Português: uma abordagem funcionalista**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

DUARTE, Inês. Aspectos lingüísticos da organização textual. In: MIRA MATEUS, Maria H. M. et alii.. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra, Almedina, 2003.

GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MATTHIESSN, C.: THOMPSON, S. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p. 275-392.

NEVES, M. H. de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo, Contexto, 2006.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SOUZA, Gisele Cássia. *Se tempo fosse condição...: uma análise das orações temporais e condicionais no português oral brasileiro*. São José do Rio Preto, 2003.172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, Camilo Rosa. Processos combinatórios: coordenação e subordinação. In. SILVA, Camilo Rosa; MATOS, Denilson Pereira de. (orgs.) **Sintaxe do português: abordagens funcionalistas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

VILELA M. KOCH. M. I. V. **Gramática da Língua Portuguesa: gramática de palavra, gramática de frase e gramática do texto/Discursivo**. Coimbra: Almedina, 1999.